



Marcas do Tempo: “Quem é de Luta Avança!” Gestão ABEPSS 2003-2004

Marks of Time: “Those Who Fight, Move Forward!” Management ABEPSS 2003-2004

Jussara Maria Rosa Mendes*

ID <http://orcid.org/0000-0002-3908-4964>

Miriam Thais Guterres Dias**

ID <https://orcid.org/0000-0002-3881-4961>

Alzira Maria Baptista Lewgoy***

ID <https://orcid.org/0000-0002-7312-3111>

Vera Maria Ribeiro Nogueira****

ID <https://orcid.org/0000-0003-4158-1510>

RESUMO

Este artigo aborda a gestão da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no período de 2003–2004¹. Inclui um breve resgate do contexto sociopolítico do período e sua influência na formulação do plano da gestão, dando continuidade ao processo de materialização das diretrizes da Formação Profissional em Serviço Social. Discorre sobre os dois focos estratégicos da atuação da diretoria nacional: a articulação latino-americana e os desafios para a afirmação das Diretrizes Curriculares

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC, São Paulo, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós- graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). E-mail: jussara.mendes@ufrgs.br

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). E-mail: miriamtgdi@gmail.com

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). E-mail: alzira.lewgoy@ufrgs.br

**** Assistente Social. Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). E-mail: venog@hotmail.com

¹ Este artigo se inspira no artigo de Jussara Rosa Mendes, intitulado GESTÃO ABEPSS 2003–2004: “QUEM É DE LUTA AVANÇA!”, publicado em Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 49–58, jul./dez. 2011.

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p38-49

e do Projeto Ético-Político de Formação Profissional. Com relação ao primeiro foco, trata da articulação com a Associação Latino-Americana em Ensino e Pesquisa de Trabalho Social e da contribuição brasileira na retomada do seu protagonismo no debate sobre a formação profissional. O segundo foco recupera os embates ocorridos e os projetos realizados, destacando-se: a assessoria via minicursos e seminários sobre o trabalho profissional, partilhando o conteúdo das Oficinas Nacionais; o fortalecimento da articulação e da integração entre a formação graduada e pós-graduada; a participação na comissão do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), fortalecendo processos de avaliação dos cursos com ênfase nas Diretrizes Curriculares; e o embate com o Conselho Nacional de Educação (CNE) quanto à proposta de redução da carga horária dos cursos de Serviço Social. Como conclusão, destaca-se a relevância da articulação da ação política para preservar a dimensão histórico-crítica da profissão, visando respaldar sua plataforma emancipatória diante das ameaças a uma sociabilidade inclusiva prevista no Código de Ética Profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Diretrizes Curriculares; Formação Profissional; Articulação Graduação/Pós-graduação.

ABSTRACT

This text addresses the management of the National Board of the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work in the period 2003-2004. It includes a brief overview of the sociopolitical context of the period and its influence on the formulation of the management plan, continuing the process of materializing the guidelines for Professional Education in Social Work. It discusses the two strategic focuses of the national board's work – Latin American articulation and the challenges for the Affirmation of the Curricular Guidelines and the Ethical-Political Professional Project. Regarding the first focus, it deals with the articulation with the Latin American Association for Teaching and Research in Social Work and the Brazilian contribution to resuming its leading role in the debate on professional. The second focus recovers the clashes that occurred and the projects carried out, highlighting: consultancy by way of mini-courses and seminars on professional work sharing the content of the National Workshops; strengthening the articulation and integration between undergraduate and postgraduate education; participation in the ENADE committee, strengthening course evaluation processes with an emphasis on the Curricular Guidelines and the clash with the National Education Council (CNE), regarding the proposal to reduce the workload of Social Service Courses. In conclusion, it highlights the relevance of articulating political action to preserve the historical-critical dimension of the profession aiming to support its emancipatory platform in the face of threats to inclusive sociability provided for in the Code of Professional Ethics.

KEYWORDS

Curriculum Guidelines; Professional Education; Articulation Between Undergraduate and Postgraduate Education.

Introdução

Assumimos o compromisso de apresentar uma retrospectiva histórica dos principais fatos que marcaram a gestão da ABEPSS no período de 2003 a 2004, nesta edição comemorativa dos 25 anos da *Temporalis* e dos 15 anos dos GTPs. Buscamos sistematizar alguns pontos relevantes do trabalho coletivo realizado pela Executiva Nacional, em articulação e sintonia com as Executivas Regionais, destacando aspectos e determinantes estruturais que marcaram a conformação de sua gestão na dimensão política e acadêmica.

Importante considerar que “o Serviço Social também se situa no processo de construção da sociedade brasileira enquanto expressão de demandas contraditórias oriundas de diferentes sujeitos sociais, mobilizados por rationalidades e interesses diversos” (Prates, 2005, p. 125), o que exige vigilância e disputas constantes na garantia da consolidação do projeto profissional. Projeto este que se defronta com os processos de flexibilização trabalhista e com a reforma do Estado brasileiro.

Os desafios crescentes impostos aos profissionais assistentes sociais na configuração do trabalho no sistema capitalista, considerando o lugar de destaque ocupado pela ABEPSS no âmbito da formação profissional, impõem um conjunto de reflexões que conformam o debate em torno do ensino e da pesquisa em Serviço Social, sintonizadas com as profundas transformações societárias. São transformações que sinalizam para exacerbar a demanda por qualificação profissional em face da intensificação dos ritmos de trabalho e da fragmentação de processos produtivos.

O contexto, à época, já era de precarização, flexibilização, trabalho parcial, polivalência de funções, redução dos postos de trabalho, aceleramento no ritmo da produção e das ações, somados ao desemprego estrutural e à implementação de novas tecnologias com salários em declínio ou instáveis. Ressaltamos ainda que o trabalho de assistentes sociais está submetido a outras questões relacionadas à precarização dos contratos de trabalho, tanto as denominadas de precariedade objetiva quanto as de precariedade subjetiva, como a instabilidade dos contextos técnicos e organizacionais. Constitui momento predominante da atual produção do capital a busca do envolvimento do trabalhador enquanto disposição intelectual e afetiva com a lógica da valorização do capital, portanto, para além do fazer saber (Alves, 2005).

Tais condições de trabalho levam a uma verdadeira sobressolicitação mental, a um verdadeiro soterramento sob informações, hipersolicitação e tratamento paralelo de tarefas múltiplas, que provocam uma situação de transbordamento cognitivo (Falzon, 2007). Para Iamamoto (2021, p. 13), ocorre “um culto ao mercado e à privatização dos serviços e empresas públicas”. Nesse contexto, “a crise desborda para o âmbito político-institucional, ao colocar em questão a ordem constitucional no país, a democracia liberal e os valores civilizatórios” (Iamamoto, 2021, p. 13). Essas tensões nas condições de trabalho de assistentes sociais limitam a sua autonomia profissional e alteram a sua demanda de trabalho. Logo, esses profissionais passam a conviver com esta realidade e com as demandas daí decorrentes.

Verificamos que o redimensionamento de exigências profissionais, a expansão da educação superior e os determinantes histórico-estruturais que demarcam o exercício profissional representam um forte impacto para as ações desenvolvidas pela ABEPSS como respostas aos diferentes condicionantes da realidade. Com isso, houve rebatimentos significativos no seu planejamento e na gestão ao longo de seus 79 anos, período consagrado pela produção de profícios debates, reflexões, planejamentos, reordenamento de estratégias, traçando e construindo espaços democráticos para discussões sobre a dimensão política da profissão.

As questões trazidas neste artigo foram desenvolvidas tendo como ponto de partida as ações que materializaram os planos estratégicos da Gestão ABEPSS 2003-2004 e contribuíram para a história das gestões das entidades organizativas do Serviço Social brasileiro.

Articulação entre graduação e pós-graduação para o fortalecimento do projeto ético-político

Em consonância com os programas e propostas da ABEPSS, a gestão desse período organizou ações que se materializaram a partir de dois focos estratégicos, que resultaram na publicação de duas edições da Revista Temporalis. A primeira edição foi sobre a Articulação Latino-Americana e Formação Profissional (Ano IV – nº 7, de janeiro a junho de 2003) e a segunda sobre o Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político (Ano IV – nº 8, de julho a dezembro de 2004).

Atendendo ao compromisso assumido em assembleia da posse realizada em Juiz de Fora, no ano de 2002, quando da posse dessa gestão, iniciamos as tratativas para mediar e ampliar os debates sobre o envolvimento da ABEPSS com o Cone Sul e a Associação Latino-Americana de Trabalho Social (ALAEITS). Para garantir que essa estratégia envolvesse e subsidiasse o posicionamento das unidades de ensino sobre a temática, realizou-se um seminário intitulado “Articulação Latino-Americana e Formação Profissional do Serviço Social”, em Porto Alegre, em julho de 2003.

Esse evento buscou promover uma ampla discussão sobre a articulação e inserção da ABEPSS na ALAEITS, fortalecer os laços com o Cone Sul e assumir o papel articulador na relação com a ALAEITS, reafirmando a potencialidade do Projeto de Formação Profissional Brasileiro no âmbito da América Latina, bem como recuperar a memória da articulação político-acadêmica do Serviço Social na América Latina, por meio dos depoimentos e análises críticas de muitos dos sujeitos que fizeram essa história.

Entre outros desses sujeitos históricos participantes desta trajetória, destacam-se os professores Atílio Alberto Borón, Seno Antônio Cornely, Juan Manuel Latorre e as professoras Margarita Rozas Pagaza, Josefa Batista Lopes, Marieta dos Santos Koike, Ivanete Salete Boschetti, Maria Rosângela Batistoni, Jussara Maria Rosa Mendes, Léa Lúcia Cecílio Braga, Joaquina Barata Teixeira e Marilda Vilella Iamamoto. Concomitantemente ao seminário, realizaram-se uma oficina nacional e minicursos centrados nas demandas e necessidades apontadas por assistentes sociais, espaços formativos ministrados pelas professoras Potyara Amazoneida Pereira e Jane Cruz Prates. Também houve a apresentação de um balanço crítico da Gestão 2001-2002 pela professora Maria Aparecida Tardin Cassab². Estiveram presentes 594 assistentes sociais, representando 72 Unidades de Ensino de Serviço Social vindas de diferentes regiões do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e de Portugal.

A proposição foi a de que, em nova assembleia, seriam escolhidos os membros da nova executiva da ALAEITS, já reestruturada e pronta a assumir sua função de articulação junto às escolas de Serviço Social da América Latina e Caribe. Ainda é importante destacar a participação da ABEPSS no XVIII Seminário Latino-Americano de Escuelas de Trabajo Social, ocorrido em San José da Costa Rica, em julho de 2004. Durante o evento, aconteceu uma assembleia da ALAEITS que, ao finalizar, apontou para a reestruturação da entidade com

² Os artigos escritos por esses docentes foram publicados, na íntegra, na Revista Temporalis (ano IV, n. 7, janeiro a junho de 2003), vinculada à ABEPSS.

novas bases políticas, ideológicas e jurídicas, considerando a prolongada crise que vinha sofrendo nos últimos tempos. O Brasil, através da ABEPSS, compôs então a criação de uma junta diretiva formada por representantes do Equador, Costa Rica e Brasil, na pessoa da professora Jussara Mendes, elegendo representantes para assumir a presidência temporária da articulação latino-americana (Mendes, 2005).

As mudanças no contexto histórico e filosófico exigiam que esta associação recuperasse seu protagonismo como um organismo compatível com as novas exigências e requerimentos para uma formação profissional delineada por um projeto ético-político coerente com a realidade sociocultural e político-econômica contemporânea da América Latina.

Em 2006, a assembleia do seminário realizado no Chile aprovou a alteração do nome da associação, que passou a chamar-se “Associação Latino-Americana em Ensino e Pesquisa de Trabalho Social (ALAEITS)”, buscando ampliar as ações no âmbito do ensino e da pesquisa. Em 2025, novamente no Chile, ocorreu, de 13 a 15 de outubro, o 24º Seminário ALAEITS, com o objetivo de examinar o desenvolvimento histórico do trabalho social na América Latina, ano em que se comemoram os cem anos de existência.

Os seminários se realizavam em conjunto com a ABEPSS. Eles foram de grande importância para potencializar a articulação da ALAEITS na América Latina e no Caribe. A Executiva Nacional de 2005–2006, já sob a presidência da Dr.^a Ana Elizabete Mota, deu continuidade ao processo de divulgação e informações para todas as Unidades de Ensino, reafirmando a relevância desse processo de reorganização da associação.

No segundo foco, ressalta-se que se intensificaram as discussões sobre uma das questões candentes do Serviço Social: o ensino do trabalho profissional. Tal temática assumiu a centralidade das oficinas locais, regionais e nacionais realizadas no período, em Florianópolis. A ABEPSS disponibilizou um processo de assessoria visando à implementação das Diretrizes Curriculares, atendendo a um pleito recorrente das Unidades Acadêmicas, bem como oportunizou a socialização do debate³ realizado nesta Oficina Nacional. Na mesma ocasião, de forma inovadora, foram incluídos na agenda da Oficina Nacional temas relativos à formação pós-graduada, buscando contemplar uma solicitação dos programas, como da própria plataforma da gestão 2003–2004.

Nesse período, uma das metas foi buscar congregar as Unidades de Ensino vinculadas à ABEPSS e incluir as unidades ainda não associadas. A ampliação crescente do ensino privado impulsionou esse movimento de busca, apoio e instrumentalização dos docentes, especialmente de cursos novos, levando-os a compreender as Diretrizes Curriculares e, ao mesmo tempo, dando visibilidade aos tensionamentos próprios da estrutura do ensino superior.

Um dos mais complexos e difíceis desafios enfrentados pela gestão foi a indicação das representantes para compor a Comissão Assessora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) na organização do Exame Nacional de

³ O conteúdo das palestras foi publicado, na íntegra, na Revista Temporalis (Ano IV, n. 8, julho a dezembro de 2004), vinculada à ABEPSS.

Desempenho dos Estudantes (ENADE), nomeada a partir de indicações das regionais da ABEPSS, de intelectuais com reconhecidas contribuições para a área, eternos e vigilantes assessores das gestões ABEPSS. Contou-se, ainda, com a confirmação dos nomes indicados pelo CFESS nesse processo.

Contudo, nos primeiros anos da primeira década deste século, na política de educação do ensino superior no país, o contexto foi de avanços na consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/1996. Esta nova legislação gerou profundas mudanças no sentido de uma educação como direito universal, pública, laica, gratuita e de qualidade (Abramides, 2012).

A nova configuração do ensino superior passou a “atender o mundo globalizado e em constante transformação, requerendo, portanto, a constituição de um perfil eficiente e capaz de dar conta das demandas do mercado” (Tenório; Andrade, 2009, p. 35).

A Gestão ABEPSS 2003–2004 tinha como objetivo principal e compromisso contundente, respaldado pela sua plataforma de eleição, assumir os espaços institucionais para viabilizar a concretização das Diretrizes Curriculares do Serviço Social aprovadas em 1996, após um longo processo de construção coletiva nas instâncias de participação das unidades de ensino da ABEPSS. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) aprovou-as por meio das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 492/2001 e nº 15/2002 (Brasil, 2001, 2002). Contudo, essas ficaram “esvaziadas da concepção original de formação crítica” (Boschetti, 2004, p. 22).

Como afirmam Faria e Avelar (2020, p. 120), a expansão significativa dos cursos de Serviço Social de matriz “privatista mercantil e com apelo aos valores do neoconservadorismo, é uma tendência incompatível e antípoda dos princípios, diretrizes, núcleos de fundamentação e conteúdos postulados nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996”. Isto porque a LDBEN instaurou para o ensino superior “a não ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para esse nível de ensino, aferição da qualidade de ensino mediante sistema de avaliação, ênfase no papel da educação à distância” (Tenório; Andrade, 2009, p. 35).

Nesse tenso espaço político, muitos foram os embates marcados por movimentos legítimos, como a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que se manifestou contra a realização do ENADE e, nas suas edições, mobilizou ações de boicote ao exame. Estudantes dos cursos de Serviço Social em instituições de ensino superior públicas, junto com outros cursos, apresentaram um total de boicote maior que 15%, e os de instituições do setor privado, 5,5%, sendo que os demais cursos nas privadas apresentaram um percentual de boicote abaixo de 5% (Leitão et al., 2010). As instituições federais e estaduais de ensino, equivalentes a 20% das de ensino superior, concentraram o boicote no período estudado, o que lhes acarretou sanções por parte do MEC, órgão responsável por garantir condições estruturais para a qualidade do ensino no país (Pereira, 2016).

Desse modo, a primeira Comissão Assessora de Serviço Social para atuação junto ao INEP/MEC quanto ao ENADE procurou garantir uma proposta de avaliação pautada nas

Diretrizes Curriculares construídas pelo conjunto de suas entidades representativas (ABEPSS, CFESS e ENESSO) e pelas Unidades de Ensino. Teve uma perspectiva estratégica de estar a serviço de um projeto coletivo de formação profissional formulado e defendido pelo conjunto de suas entidades representativas do Serviço Social. Ocupar este espaço foi uma forma de explorar as contradições de que o Estado não é um espaço homogêneo, mas um campo tensionado de disputas políticas.

Na formulação das orientações para a realização das provas do ENADE, a Comissão considerou e incluiu a totalidade dos princípios e conteúdos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Desse modo, também contribuiu para a consolidação acadêmica da área de Serviço Social ao construir os primeiros padrões de avaliação dos seus cursos, que passaram a orientar os processos de autorização e (re)credenciamento de cursos no país. Nesse sentido, o trabalho da Comissão Assessora junto ao INEP/MEC foi de grande relevância para a área, criando normas alinhadas às Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, orientadas pela defesa do ensino público, laico e gratuito na universidade brasileira.

A constituição de uma política nacional de educação superior a distância datava do fim da década de 1990. O uso mais intenso do EaD ocorreu durante os governos Lula, em seus mandatos de 2003 a 2011. Os censos do MEC confirmam a existência, em 2002, de 46 cursos a distância, com 40.714 matrículas, e, em 2010, 930 cursos e 930.179 matrículas, o que sinaliza, portanto, para os cursos de EaD um crescimento estratosférico de 1.921,7% e, para as matrículas em EaD, de 2.184,6%. Braz e Rodrigues (2013) afirmam que o alargamento dessa modalidade de ensino está intimamente associado à crise do setor privado de educação superior iniciada no meio dos anos 2000. Os sinais dessa crise se tornaram mais explícitos em 2004, quando a relação candidato/vaga das instituições de ensino superior (IES) privadas chegou a 1,3 e o índice de ociosidade do setor alcançou 49,5% (Braz; Rodrigues, 2013).

No Serviço Social, a inclusão da modalidade a distância aconteceu em 2006 e, desde o início, sofreu resistência pelas entidades profissionais e estudantis, devido à direção social assumida pela profissão, expressa no documento do CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO (2015) “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” e na campanha “Educação não é fast food: diga não para a graduação a distância em Serviço Social”, cuja divulgação foi proibida judicialmente (Lewgoy; Maciel, 2016).

O posicionamento das entidades profissionais relaciona a emergência do curso de Serviço Social na modalidade EaD como nicho de valorização relacionado a uma exigência do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e pelas classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação profissional com expertise para a mensuração e gestão/controle dos pobres. O posicionamento também afirma que, nesse contexto, não se requisita o perfil das Diretrizes Curriculares. Pelo contrário, “o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza” (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2015, p. 6).

Essa posição antecipava o que hoje se constata, ou seja, uma ampliação exponencial do mercado da educação superior, como registram os dados em consulta através da plataforma e-MEC. Enquanto as instituições presenciais podem oferecer 57.819 vagas, as instituições na modalidade EaD podem oferecer 305.558 vagas (Brasil, 2024). São mais do que cinco vezes as vagas presenciais. Contudo, atualmente, no terceiro mandato de Lula, o MEC publica o Decreto nº 12.456/2025 e as Portarias nº 378/2025 e nº 381/2025, em maio de 2025, com um novo Marco Regulatório do Ensino a Distância (Brasil, 2025).

Outro espaço ocupado nesta gestão foi a participação no Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (FNEPAS). Este fórum foi criado em julho de 2004, implementando a homologação da Resolução nº 287/1998, ocorrida no Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua 81^a Reunião Ordinária (Lugarinho; Aguiar, 2007). Essa resolução reconhece a imprescindibilidade das ações realizadas pelos diferentes profissionais de nível superior como um avanço para expandir a concepção ampliada de saúde e a integralidade da atenção, definindo as profissões prioritárias para fins na área da saúde e, entre elas, o Serviço Social. A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), com suas diretrizes e princípios para a formação de seus profissionais, é a luta pelos propósitos do Movimento da Reforma Sanitária no Brasil, pela democracia, saúde para todos e como direito social, na realidade brasileira de avanços na mercantilização da saúde pelas políticas públicas.

O citado fórum foi aprovado em 2005 e começou a ser financiado pelo Ministério da Saúde em maio de 2006. A principal conquista foi a articulação entre diversas entidades e associações ligadas ao ensino superior das profissões da saúde no Brasil, na busca de contribuir para o processo de mudança na graduação, partilhando da concepção de integralidade na atenção e formação em saúde. É considerada uma estratégia da Política Nacional de Educação Permanente, com apoio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES/Ministério da Saúde) e do Ministério da Educação (Garcia; Ferreira; Cyrino, 2007). O FNEPAS foi constituído pelas seguintes instituições: Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM); Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN); Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO); Associação Brasileira de Psicologia (ABEP); Rede UNIDA; Associação Brasileira de Ensino de Fisioterapia (ABENFISIO); Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa); Rede Nacional de Ensino de Terapia Ocupacional (RENETO); Rede UNIDA; Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (ABRAHUE); Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Lugarinho; Aguiar, 2007).

Em meio a tantas demandas e tensões políticas, mais um problema surgiu, já quase no término da gestão 2003–2004. O açodamento para implementar uma política educacional alinhada a uma cultura-mercadoria (Cardoso, 2001), para além do foco da avaliação, direcionava o foco para a redução da carga horária mínima dos cursos de graduação, com prejuízos significativos à formação de assistentes sociais. O CNE estava em estágio final de elaboração da proposta de redução da carga horária dos cursos de Serviço Social de 3.200 horas-aula para 2.400 horas-aula, com previsão de sua votação no período de uma semana. Essa redução da carga horária já estava definida.

Esse fato exigiu o desencadeamento rápido de uma mobilização nacional das entidades organizativas da profissão — ABEPSS, CFESS, ENESSO — com alunos, professores, escolas e, mais especificamente, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por meio da direção do curso, vice-presidente e reitor conselheiro do CNE. Essa luta persistiu por um longo período e resultou, através da Resolução nº 5/2011, na aprovação das 3 mil horas para a área, incluindo o estágio, conforme publicado pelo CFESS.

São estes alguns dos desafios que se colocam aos profissionais de Serviço Social e às suas entidades associativas no compromisso ético-político do projeto profissional, e que impulsionam a considerar os novos espaços de inserção profissional, as demandas emergentes e, muito cuidadosamente, atentar para novas competências impostas aos/as assistentes sociais.

Considerações finais

Este quadro de profundas modificações pelo qual tem passado a sociedade brasileira e mundial tem sido o solo histórico que exige novas respostas profissionais e que expõe as condições de trabalho de assistentes sociais e as condições de fortalecimento do projeto ético-político profissional. Este movimento busca assegurar ao Serviço Social sua conciliação com o tempo presente, decifrando necessidades e afirmando-se como profissão necessária no tempo e no espaço dessa sociedade.

Ao Serviço Social impõe-se o desafio de fortalecer sua identidade, seu *ethos* profissional, no tensionamento dessas relações na esfera da produção social — sociedade civil e Estado —, espaço no qual se situa o seu trabalho. Sem dúvida, são questões que traduzem exigências e requisições para o trabalho e a formação de assistentes sociais.

Nossas entidades organizativas não ficam imunes às determinações do capital no tempo presente. A precarização do ensino, as condições aviltantes de trabalho de assistentes sociais, as marcas da mercantilização e do produtivismo encontram-se presentes em todos os espaços, pautando normas, padrões, critérios e orientações institucionais. Assim, é imperioso garantir a articulação de uma ação política que combine as ações de preservar a dimensão histórico-crítica da profissão, de substanciar e respaldar a plataforma emancipatória da profissão e de defender o Projeto Ético-Político Profissional.

Outras gestões se constituíram, assumindo com militância e paixão um cotidiano de trabalho pleno de desafios, de sobretrabalho, permeado por mediações internas, nas instituições em que trabalhamos, para ter as condições necessárias ao desenvolvimento do compromisso assumido com a categoria profissional, e por mediações externas, que chegam de diferentes formas e de diferentes espaços, atravessando nosso cotidiano de trabalho.

Fazer esta retomada pelo caminho percorrido no período de 2003–2004 possibilitou adentrar no percurso desenvolvido para a consolidação e articulação da direção proposta pela entidade em seu vigoroso projeto e de uma gestão na busca de avanços... de quem é de luta! Esta luta ainda continua porque ela precisa ser permanente, e vem sendo fortalecida por envolver os que nos antecederam e os que nos seguiram.

Ao grupo que compôs a diretoria da ABEPSS – Gestão 2003–2004 “Quem é de luta... avança!”, o nosso reconhecimento:

Diretoria executiva nacional

Presidente: Jussara Maria Rosa Mendes – PUCRS

Secretária: Miriam Thais Guterres Dias – UNISINOS

Tesoureira: Alzira Maria Baptista Lewgoy – PUCRS

Coordenador Nacional de Graduação: Vera Maria Ribeiro Nogueira – UFSC

Coordenador Nacional da Pós-Graduação: Regina Célia Tamaso Mioto – UFSC

Representante Discente da Graduação: Luiza Aparecida Barros – PUC-SP

Suplente Discente da Graduação: Erica Carla Melo e Silva – UERN

Representante Discente da Pós-graduação: Helenara Silveira Fagundes – UNISINOS

Suplente: Berenice Rojas Couto – PUCRS

Suplente: Maria Aparecida Marques da Rocha – UNISINOS

Suplente: Marilene Maia – UNISINOS

Diretorias regionais

Regional Norte – Vice-presidente: Simone Eneida Baçal de Oliveira – UFAM

Regional Nordeste – Vice-presidente: Maria de Fátima Leite Gomes – UFPB

Regional Sul I – Vice-presidente: Alfredo Aparecido Batista – UNIOESTE

Regional Sul II – Vice-presidente: Maria Beatriz Costa Abramides – PUC-SP

Regional Leste – Vice-presidente: Vânia Maria Manfrói – UFES

Regional Centro-Oeste – Vice-presidente: Sandra de Faria – UCG

Conselho fiscal

Marilene Aparecida Coelho – UCG

Marina Maciel – UFMA

Maria Rosângela Batistoni – PUC-SP

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, 13, p. 7–26 jan./jun. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635009/2877>. Acesso em: 25 set. 2025.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOSCETTI, Ivanete S. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, Porto Alegre, n. 8, p. 31–42, jul./dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 287, de 08 de outubro de 1998. Relacionar as categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação do Conselho. **Diário Oficial da União**, 1998. Disponível em:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/1998/resolucao-no-287.pdf/view>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 492, de 03 de abril de 2001. **Diário Oficial da União**, Seção 1e, p. 50, 9 de julho de 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 15/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 33, 9 de abril de 2002. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior>. Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Redefine normas para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2012.456%2C%20DE%2019,n%20sistema%20federal%20de%20ensino. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O Ensino em Serviço Social na Era Neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. In: LOURENÇO, Edvânia A. de S.; SILVA, José Fernando S. da; SANT'ANA, Raquel S. (org.). **Sociabilidade burguesa e serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 255-281.

CARDOSO, Miriam L. Avaliação da universidade: legitimação e lógica mercantil. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, suplemento, p. 5-13, out. 2001.

CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO. Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social. Brasília, set. 2015. Disponível em: https://www.CFESS.org.br/arquivos/incompatibilidaudevolumen1_2015-Site.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

FALZON, Pierre (org.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007.

FARIA, Sandra de; AVELAR, Sarah M. Ofensiva conservadora na educação superior e os desafios à formação em Serviço Social no Brasil. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 120-139, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30338/20628>. Acesso em: 5 mar. 2025.

GARCIA, Vera Lúcia; FERREIRA, João Carlos P.; CYRINO, Eliana G. FNEPAS: Primeira Oficina Coletiva FNEPAS na Regional São Paulo. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 23, p. 671-7, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000300024>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/WtNj8KfKnnVnjGmYczftJFF/?lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V., Prefácio. In: LEWGOY, Alzira M. B.; MACIEL, Ana Lúcia S. (org.). **Pós-graduação e produção de conhecimento em serviço social:** conjuntura, tendências e desafios. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/23887>. Acesso em: 23 jan. 2025. p. 13–16.

LEITÃO, Thiago; MORICONI, Gabriela; ABRÃO, Mariangela; SILVA, Dayse. Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ft77tChLBXrVWL5dxBWhgXy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2025.

LEWGOY, Alzira M. B.; MACIEL, Ana Lúcia S. O projeto de formação em serviço social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14227>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LUGARINHO, Regina; AGUIAR, Adriana. **Boletim ABEM nº 10:** FNEPAS: Implementação do Projeto de Cooperação Técnica entre o FNEPAS e o Ministério da Saúde – Representante da ABEM no FNEPAS, 2007. Disponível em: <https://website.abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Boletim-ABEM-VolXXXIV-out2007.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MENDES, Jussara M. R. et al. Balanço crítico Gestão ABEPPSS 2003–2004 “Quem é de luta avança!” **Revista Temporalis**, Recife, ano 5, n. 9, jan./jun. 2005.

MENDES, Jussara M. R. GESTÃO ABEPPSS 2003-2004: “QUEM É DE LUTA AVANÇA!” **Revista Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 49–58, jul./dez. 2011.

PEREIRA, Larissa D. Enade no Curso de Serviço Social: análise dos relatórios 2004–2013. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12331/10098>. Acesso em: 20 set. 2025.

PRATES, Jane. O método potencial interventivo e político da pesquisa social. **Revista Temporalis**, Recife, ano 5, n. 9, jan./jun. 2005.

TENÓRIO, Robinson M.; ANDRADE, Maria Antonia B. de. A avaliação da educação superior no Brasil, desafios e perspectivas. In: LORDÉLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (org.). **Avaliação educacional:** desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 31–55.

Submetido em: 21/8/2025
Revisado em: 08/11/2025
Aceito em: 11/11/2025